INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH

CNPJ 23.453.830/0001-70

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R$)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante		**57.452.267**	**57.211.390**
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.380.379	11.827.828
Aplicação financeira restrita		111.567	5.968
Contas a receber	5	24.448.419	40.366.542
Estoques		3.640.202	2.710.425
Outros Créditos		4.787.512	2.253.853
Despesas Antecipadas		84.188	46.774
Não circulante		**54.581.050**	**31.878.804**
Créditos a receber		644.403	581.703
Depósito judicial	14	251.594	8.183
Outros créditos	6	36.309.996	20.835.771
Imobilizado – próprio	7	6.078.089	6.721.943
Intangível – próprio	8	569.625	892.673
Imobilizado – gestão pública	7	10.192.564	2.829.731
Intangível – gestão pública	8	534.779	8.800
Total do Ativo		**112.033.317**	**89.090.194**

Passivo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante		**32.784.255**	**28.144.838**
Fornecedores	9	18.403.958	15.311.077
Obrigações Trabalhistas	10	11.145.631	10.151.812
Obrigações sociais		1.965.905	1.630.576
Obrigações fiscais		789.259	586.094
Outras contas a pagar		479.502	465.279
Não Circulante		**39.658.505**	**25.499.385**
Obrigações para investimento		351.960	885.052
Receitas diferidas	11	16.404.985	2.838.531
Outras obrigações	12	20.787.827	20.881.959
Estoques terceiros	13	454.894	332.265
Provisão para contingências	14	1.284.075	365.198
Subvenções para investimentos		374.764	196.380
Patrimônio Líquido		**39.335.550**	**35.445.971**
Patrimônio Social	15	30.426.139	32.506.187
Ajuste avaliação patrimonial		2.084.994	2.189.680
Superávit do exercício		4.551.294	750.104
Total do Passivo		**112.033.317**	**89.090.194**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R$)

1. Contexto Operacional: O **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH**, denominado de INDSH, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que atende um público de aproximadamente 61.500 pessoas no município de Pedro Leopoldo, região metropolitana de Belo Horizonte. Possui serviços de obstetrícia e ginecologia, traumato-ortopedia, centro cirúrgico equipado para média complexidade, berçário, pediatria, oftalmologia, ambulatório e um pronto atendimento regional de 24 horas. A principal receita do hospital é obtida com o atendimento dos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde e por contratos de gestão em suas 12 filiais, atendendo, nesse caso um público potencial de aproximadamente de 1.700.000 de pessoas. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. A finalidade principal do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH é prestar serviços de Administração Hospitalar, assessoria e/ou consultoria técnica, diagnóstico organizacional ou a administração propriamente dita, tanto a entidades congêneres, estabelecimentos próprios, de terceiros, públicos ou privados. O INDSH objetiva levar saúde às commidades, desenvolver pesquisas, prestar assistência social e de serviços médicos, promover atividades para o desenvolvimento do ser humano e sua integração social, promover jornadas na área da saúde e desenvolver atividades educacionais, culturais e na preservação do patrimônio histórico e cultural. **a) Informações gerais:** Baseado nas Legislações do GM/MS Portaria n.º 1.970/2011, Lei n.º 12.101/2012, Decreto n.º 8.242/2014 o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH deve ofertar e comprovar no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS, com base nas internações hospitalares e nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais realizados e registrados nos sistemas de informação do SUS. Podendo incorporar no máximo 10% dos serviços prestados ao SUS por força de Contrato de Gestão. O Instituto no período de janeiro a dezembro de 2018, conforme cálculo demonstrado abaixo obteve o índice de 66,04% não sendo necessário utilizar os atendimentos do contrato de gestão e os ambulatoriais. Os dados foram obtidos pelos sistemas SIA/SUS-SIH/SUS-CIHA/SUS, DATASUS.

Cálculo atendimento SUS			
	SUS	Não SUS	Total
Hospital Pedro Leopoldo - Paciente dia	2.052	1.055	3.107
Percentual SUS / paciente dia	66,04%		

b) As unidades geridas pelo INDSH em 2018, foram: O **INDSH** mantve em 2018, as seguintes unidades: **Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho -** CNPJ 23.453.830/0001-70 - Rua Dr. Cristiano Ottoni, 233 - Centro - Pedro Leopoldo/MG - CEP 33600-000 - De: 26/06/1967 - 45 leitos - Atendimento de baixa e média complexidade. **Hospital Regional do Marajó -** CNPJ 23.453.830/0004-12 - Av. Rio Branco, S/N - Centro - Breves / PA - CEP 68800-000 - 70 leitos - Atendimento de alta e média complexidade. **Sede Administrativa -** CNPJ 23.453.830/0005-01 - Av. Marquês de São Vicente, 576 - cj.1901 - Barra Funda - São Paulo/SP - CEP 01139-000. **Hospital Geral de Tailândia -** CNPJ 23.453.830/0007-65 - Av. Florianópolis, s/n - Bairro Novo - Tailândia/PA - CEP 68695-000 - Contrato de gestão de: 1º/07/2013 - 51 leitos - Atendimento de média e baixa complexidade. **Hospital Regional Público de Integração Leste do Para -** CNPJ 23.453.830/0009-27 - Rua Adelaide Bernardes, s/n - Nova Conquista - Paraguminas/PA - CEP 68627-452 - Contrato de gestão de: 26/05/2014 - 70 leitos - Alta e média complexidade. **Unidade de Pronto Atendimento - Upa Porte II -** CNPJ 23.453.830/0010-60 - Rua Nicolau Kluppel Neto, s/n - Contorno - Ponta Grossa/PR - CEP 84061-000 - Contrato de gestão de: 1º/07/2014 - Atendimento de urgência e emergência. **Hospital Municipal de Araucária -** CNPJ 23.453.830/0011-41 - Rua Rosália Wzorek, 77 - Jardim Sabia - Araucária/PR - CEP 83708-000 - Contrato de gestão de:11/11/2014 - 110 leitos - Baixa e média complexidade - Contrato encerrado em 31.07.2018. **Hospital Jean Bitar -** CNPJ 23.453.830/0015-75 - Rua Conego Jeronimo Pimentel, 543 - Umarizal - Belém /PA - CEP 66055-000 - Contrato de gestão de: 10/03/2016 - 70 leitos - Alta e média complexidade. **Unacon do Hospital Regional de Tucurui -** CNPJ 23.453.830/0013-03 - Av. Amazonidas, s/n - Vila Permanente - Tucuruí/PA - CEP 68455-664 - Contrato de gestão de: 10/03/2016 - Tem o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico a usuários do SUS para tratamento de pacientes portadores de câncer. **Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR -** CNPJ 23.453.830/0017-37 - Rod. Arthur Bernardes, 1000 - Barreiro - Belém/PA - CEP 66117-005 - Contrato de gestão de: 22/11/2017 - Tem o objetivo de prestar serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de protéses, serviços de apoio e diagnósticos. **Hospital Geral de Ipixuna do Pará -** CNPJ 23.453.830/0018-18 - Rua Principal, s/n - Centro - Ipixuna do Pará/PA - CEP 68637-000 - Contrato de gestão de: 01/03/2018 - Baixa e média complexidade. **Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça -** CNPJ 23.453.830/0019-07 - Rua Manoel Antonio Bueno, s/n - Rocio Grande - São Francisco do Sul/SC - CEP 89240-000 - Contrato de gestão de: 16/10/2018 - 37 leitos - Baixa e média complexidade. **UPA24H - Unidade de Pronto Atendimento -** CNPJ 23.453.830/0020-32 - Est. Do Forte, s/n - Ubatuba - São Francisco do Sul/SC - CEP 89240-000 - Contrato de gestão de: 16/10/2018 - Atendimento de urgência e emergência. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 25 de abril de 2019. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributarias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e ajustados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Reapresentação de Saldos do Exercício de 2017:** A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017
Caixas	14.143	9.191
Banco conta movimento	4.980.679	1.294.142
Depósito bancário com restrição	111.567	5.968
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19.385.557	10.524.295
	24.380.379	**11.827.828**

7. Imobilizado

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Eq. Informática	Imóveis	Instalações	Inst. Cirurgia	Máquina e Equip.	Moveis e Utensilios	Moveis e Utensilios Hosp.	Veículos	Obras em Andamento	Total
	10%	10%	20%	4%	10%	10%	10%	10%	10%	20%		
Saldo em 31/12/2017												
Saldo inicial	2.144.698	-	326.886	3.792.425	46.144	532.544	1.251.475	589.119	54.417	21.412	107.125	8.866.245
Adições	6.572	108.050	75.297	-	13.122	13.398	13.116	46.014	2.259	-	107.125	384.953
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(25.927)	-	-	(214.250)	(240.177)
Baixas (Contingências)	-	-	(42.986)	-	-	(231.555)	(1.012.379)	(109.308)	-	-	-	(1.396.228)
Depreciação	(334.321)	(31.515)	(136.500)	(205.833)	(15.767)	(39.330)	(47.762)	(65.709)	(7.252)	(8.860)	-	(892.849)
Saldo final	1.816.949	76.535	222.697	3.586.592	43.499	275.057	204.450	434.189	49.424	12.552	-	6.721.944
Saldo em 31/12/2018												
Saldo inicial	1.816.949	76.535	222.697	3.586.592	43.499	275.057	204.450	434.189	49.424	12.552	-	6.721.944
Adições	135.818	-	28.366	-	-	24.828	163.398	66.688	21.436	-	-	440.534
Baixas	-	-	(17.578)	-	(3.118)	(21.282)	(98.933)	(41.343)	(37.648)	-	-	(219.902)
Depreciação	(296.789)	(54.025)	(110.213)	(205.834)	(16.706)	(41.599)	(45.514)	(78.274)	(6.673)	(8.860)	-	(864.487)
Saldo final	**1.655.978**	**22.510**	**123.272**	**3.380.758**	**23.675**	**237.004**	**223.401**	**381.260**	**26.539**	**3.692**	**-**	**6.078.089**

Gestão pública

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Eq. Informática	Instalações	Instr. Cirurgia	Máquinas Equip.	Moveis e Utensilios	Moveis Utens. Hosp.	Veículos	Eq. Pedagógico	Obras em Andamento	Total
	10%	10%	20%	10%	10%	10%	10%	10%	20%	10%		
Saldo em 31/12/2017												
Saldo inicial	2.292.885	7.081	267.374	162.294	164.382	1.770.873	311.166	728.588	-	-	-	5.704.643
Adições	35.800	214.250	10.474	-	-	52.006	29.505	-	-	-	-	342.035
Baixas	-	-	-	-	-	(57.631)	(894)	(3.701)	-	-	-	(62.226)
Baixas (Contingências)	(1.212.500)	-	(74.831)	-	(7.384)	(133.178)	(73.951)	(119.810)	-	-	-	(1.621.654)
Depreciação	(209.002)	(12.619)	(55.534)	(29.089)	(38.138)	(848.147)	(107.022)	(233.516)	-	-	-	(1.533.067)
Saldo final	**907.183**	**208.712**	**147.483**	**133.205**	**118.860**	**783.923**	**158.804**	**371.561**	**-**	**-**	**-**	**2.829.731**
Saldo em 31/12/2018												
Saldo inicial	907.183	208.712	147.483	133.205	118.860	783.923	158.804	371.561	-	-	-	2.829.731
Adições	425.448	1.211	268.177	111.778	13.500	4.406.215	2.364.027	252.211	364.831	103.204	807.945	9.118.547
Baixas	-	-	(5.932)	(89.449)	(24.884)	(41.291)	(50.566)	(69.895)	-	-	-	(282.017)
Depreciação	(227.645)	(22.212)	(45.022)	(21.701)	(28.288)	(725.964)	(187.985)	(147.716)	(60.035)	(7.129)	-	(1.473.697)
Saldo final	**1.104.986**	**187.711**	**364.706**	**133.833**	**79.188**	**4.422.883**	**2.284.280**	**406.161**	**304.796**	**96.075**	**807.945**	**10.192.564**

8. Intangível	Direito de Uso	Softwares	Total
Saldo em 31/12/2017	**20%**	**20%**	
Saldo inicial	369.464	805.987	1.175.451
Adições	-	7.880	7.880
Baixas	-	(2.450)	(2.450)
Baixas (Contingências)	-	(963)	(963)
Depreciação	(26.529)	(260.716)	(287.245)
Saldo final	**342.935**	**549.738**	**892.673**
Saldo em 31/12/2018			
Saldo inicial	342.935	549.738	892.673
Adições	18.929	11.712	30.641
Baixas	(14.552)	(51.519)	(66.071)
Depreciação	(274.404)	(13.214)	(287.618)
Saldo final	**72.908**	**496.717**	**569.625**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R$)

Descrição	Patrimônio Social	Ajuste avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**22.907.796**	**2.294.366**	**9.640.750**	**34.842.912**
Incorporação ao Patrimônio Social	9.640.750	-	(9.640.750)	-
Custo atribuído imóvel	104.686	(104.686)	-	-
Ajustes exercício anterior	(147.045)	-	-	(147.045)
Superávit do exercício	-	-	750.104	750.104
Em 31 de dezembro de 2017	**32.506.187**	**2.189.680**	**750.104**	**35.445.971**
Incorporação ao Patrimônio Social	750.104	-	(750.104)	-
Custo atribuído imóvel	104.686	(104.686)	-	-
Encerramento de atividade (Nota 18.3)	(207.984)	-	-	(207.984)
Ajustes exercício anterior (Nota 16)	(2.726.854)	-	-	(2.726.854)
Superávit do exercício	-	-	4.551.294	4.551.294
Em 31 de dezembro de 2018	**30.426.139**	**2.084.994**	**4.551.294**	**337.062.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R$)

	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Receitas Operacionais		**217.294.419**	**194.568.724**
Serviços prestados pacientes SUS		233.213.572	193.208.366
Serviços prestados convênios e particulares		2.881.104	3.058.860
(-) Glosas	16	(18.800.257)	(1.698.502)
Custos		**(177.083.000)**	**(165.714.445)**
Serviços de terceiros		(88.937.164)	(88.731.556)
Pessoal e encargos		(63.928.916)	(55.498.841)
Materiais e medicamentos		(24.216.920)	(21.484.048)
Despesas		**(40.195.251)**	**(33.145.875)**
Pessoal e encargos		(19.798.032)	(17.555.631)
Serviços de terceiros		(2.295.952)	(2.082.458)
Impostos, taxas e contribuições		(184.520)	(360.533)
Depreciação/amortização		(2.716.975)	(2.716.481)
Despesas gerais e administrativas	17	(15.199.772)	(10.430.772)
Resultado Financeiro, Líquido		**529.525**	**712.788**
Despesas Financeiras		(426.217)	(402.685)
Receitas Financeiras		955.742	1.115.473
Outras Receitas		**4.005.601**	**4.328.912**
Doações e subvenções	18	2.150.000	2.191.030
Outras receitas		1.855.601	2.137.882
Superávit do Exercício		**4.551.294**	**750.104**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.

5. Contas Receber: Referem-se a contas a receber de particulares e convênios, do Sistema Único de Saúde - SUS e contratos de gestão com Secretaria Estadual e Prefeitura.

	2018	2017
Contas a receber do SUS	299.209	294.721
Contrato 038/2015 - SESPA - Breves	3.382.080	9.134.474
Contrato 020/2013 - SESPA - Tailândia	2.869.992	4.194.293
Contrato 028/2014 - SESPA - Paragominas	3.147.336	6.546.840
Contrato 422/2014 - PM Ponta Grossa	2.693.863	4.479.509
Contrato 209/2014 - PM Araucária	2.273.123	8.683.177
Contrato 002/2016 - SESPA - Jean Bitar	3.250.000	5.600.000
Contrato 003/2016 - SESPA - UNACON	939.800	501.262
Contrato 002/2017 - SESPA - CIIR	1.611.702	-
Contrato 001/2018 - SESPA - Ipixuna	1.097.398	-
Contrato 313/2018 - Canoas	543.138	-
Contrato - PM São Francisco do Sul	1.430.000	-
Contas a receber convênios e particulares	555.461	396.272
Contas a Receber - PM Pedro Leopoldo	355.317	535.994
	24.448.419	**40.366.542**

6. Outros Créditos	2018	2017
Hospital Regional de Sorriso - MT (Notas 6 e 12) (i)	14.830.169	14.830.169
UPA São Pedro da Aldeia - RJ (Notas 6 e 12) (i)	5.546.074	5.545.132
Contas a receber de contratos de Gestão (ii)	15.473.283	-
Outros Créditos	460.470	460.470
	36.309.996	**20.835.771**

(i) Referem-se a recursos a receber e créditos de contratos de gestão descontinuados, os quais encontram-se em processo de discussão junto ao Ente Público. Os valores são apresentados no ativo circulante, em face aos passivos em aberto daquelas unidades, decorrentes da cessação dos contratos de Gestão. A Administração considera estes créditos como vinculantes para a liquidação dos passivos de obrigações remanescentes dos contratos cessados, os quais tendem a ser liquidados quando do recebimento integral dos créditos a receber, conforme descrito na nota explicativa 12 – outras obrigações. (ii) Referem-se a contas a receber de longa data relativo a contratos de gestão em vigor com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESPA, sendo: • Hospital Geral de Tailândia - PA (R$ 2.236.311), • Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará - PA (R$ 6.542.519); e • Hospital Regional do Marajó - PA (R$ 6.694.453). O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R$)

Fluxos de caixa de atividades operacionais	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Superávit do exercício	4.551.294	750.104
Ajustes para reconciliar o resultado		
Provisão para contingências	2.273.123	-
Depreciação/amortizações	2.716.975	2.716.481
Superávit ajustado	**9.541.392**	**3.466.585**
Variações no circulante das contas de ativo e passivo	**13.324.155**	**(10.424.725)**
Redução/(aumento) dos créditos - circulante	13.274.000	(6.202.357)
(Aumento) de estoques	(1.192.350)	(294.605)
(Aumento)/redução das despesas do exercício seguinte	(37.414)	38.569
(Aumento) dos créditos – não circulante	(15.780.336)	(4.079.042)
Aumento de fornecedores	3.092.881	1.968.063
Aumento de obrigações trabalhistas	1.248.820	1.408.927
Aumento/(redução) de obrigações sociais	335.329	(377.292)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	203.165	(653.580)
Aumento/(redução) de outras obrigações	14.223	(621.288)
Aumento/(redução) das obrigações - não circulante	14.892.685	(964.255)
Ajustes patrimoniais	(2.726.854)	(147.045)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**22.865.547**	**(6.958.140)**
Atividades de investimentos	**(10.312.996)**	**2.590.704**
Aquisição de imobilizado	(9.765.821)	(510.060)
Aquisição de bens do intangível	(713.865)	(7.880)
Baixa de ativo imobilizado	166.690	3.108.644
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**12.552.551**	**(4.367.436)**
Variação em caixa e equivalentes de caixa (nota 4)		
Saldo existente no início do exercício	11.827.828	16.195.264
Saldo existente no final do exercício	24.380.379	11.827.828
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**12.552.551**	**(4.367.436)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Contrato de Gestão	Direito de Uso	Softwares	Total
Saldo em 31/12/2017	**20%**	**20%**	
Saldo inicial	11.693	2.301	13.994
Baixas (Contingências)	-	(1.651)	(1.651)
Depreciação	(2.966)	(578)	(3.544)
Saldo final	**8.727**	**72**	**8.799**
Saldo em 31/12/2018			
Saldo inicial	8.727	72	8.799
Adições	66.435	550.718	617.153
Depreciação	(3.585)	(87.588)	(91.173)
Saldo final	**71.577**	**463.202**	**534.779**

9. Fornecedores	2018	2017
Materiais e medicamentos	3.352.770	2.608.810
Serviços	3.629.915	2.658.014
Serviços médicos	11.004.510	9.863.128
Diversos	416.763	181.125
	18.403.958	**15.311.077**

10. Obrigações Trabalhistas	2018	2017
Ordenados e salários a pagar	4.635.376	3.923.953
Provisão de férias	6.028.432	5.767.434
Provisões FGTS s/férias	481.423	460.425
	11.145.631	**10.151.812**

11. Receitas Diferidas: Em 2018, foi recebido R$ 14.873.092 como verba para investimento e utilizado o montante de R$ 8.623.787, incluindo o residual de 2017. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 2018, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão de unidades, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2018	2017
Imobilizado - contrato de gestão	15.956.633	18.339.143
Imobilizado - Sorriso (contingência)	(2.777.138)	(2.777.138)
Intangível - contrato de gestão	678.934	107.993
Intangível - Sorriso (contingência)	(3.510)	(3.510)
Total investido em ativo	**13.854.919**	**15.866.488**
Depreciação/amortização acumulada	(4.284.921)	(14.185.302)
Sorriso (contingência)	1.157.345	1.157.345
Total imobilizado/intangível líquido	**10.727.343**	**2.838.531**
Saldo para investimento	5.677.642	-
Receita diferida	**16.404.985**	**2.838.531**

12. Outras Obrigações	2018	2017
Outras Obrigações Breves	-	8.195
Outras Obrigações Sorriso (contingência)	16.113.302	16.113.302
Outras Obrigações São Pedro da Aldeia (contingência)	4.674.525	4.760.462
	20.787.827	**20.881.959**

(i) Referem-se aos valores de obrigações apuradas na data de encerramento do contrato de gestão do Hospital Regional de Sorriso - MT, em 07/06/2015, quando foi instituída a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização pelo Governador do Estado de Mato Grosso. A Entidade apresenta estas obrigações no passivo não circulante, em face aos recursos e créditos a receber e em discussão junto àquele Ente Público, no montante de R$14.830.169. A Administração considera que os passivos serão liquidados integralmente, quando do acordo o Ente Público, entretanto, eventualmente é requerida a realizar acordos de pagamentos de parcelas destas obrigações, com recursos próprios. (ii) Referem-se aos valores de obrigações apuradas na data de rescisão do contrato de gestão com a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro - RJ, em 31/05/2016. A Entidade apresenta estas obrigações no passivo não circulante, em face aos recursos e créditos a receber e em discussão junto aquele Ente Público, no montante de R$5.546.074. A Administração considera que os passivos serão liquidados integralmente, quando do acordo o Ente Público, entretanto, eventualmente é requerida a realizar acordos de pagamentos de parcelas destas obrigações, com recursos próprios. **13. Outras Contas A Pagar:** O valor de R$ 454.894, apresentado em rubrica de outras contas a pagar, refere-se a estoques de materiais e medicamentos, pertencente aos Entes Públicos com contratos de gestão em andamento, os quais foram absorvidos na operacionalização da gestão. O montante foi considerado no passivo não circulante, uma vez que deverá ser repassado ao Ente Público ao término da gestão. **14. Provisão para Contingências: Passivos contingentes:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou a provisão para contingências suficiente para fazer face a processos. A composição da provisão para contingências, por unidade, está apresentada abaixo:

	2018	2017
Hospital Geral de Tailândia - PA	175.198	175.198
Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará	115.000	115.000
Centro de Serviços Administrativos - PA	255.007	-
UPA Ponta Grossa - PR	75.000	75.000
Hospital Municipal de Araucária – PR	2.273.123	-
Sede Administrativa - INDSH	663.870	-
	3.557.198	**365.198**

A Administração da Entidade, optou por registrar o montante de R$ 2.273.123, em rubrica de provisão para contingências, relativo ao processo de intervenção pela Prefeitura de Araúcária, em julho de 2018. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	Possível	
	2018	2017
Civel	2.700.100	2.700.100
Trabalhista	16.829.142	14.925.703
	19.529.242	**17.625.803**

Pg.01/02

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 32019042920232002211.

Em 2018, a Entidade possuia R$ 251.594 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **Ativos contingentes:** Conforme descrito na nota explicativa 6 – outros créditos, a Entidade possui créditos provenientes de ações propostas contra o Estado do Rio de Janeiro e do Mato Grosso. No caso da ação proposta contra o estado do Rio de Janeiro, houve sentença reconhecendo o direito ao crédito de R$ 5.542.000, decorrente de valores devidos pelos serviços prestados no âmbito do Contrato de Gestão nº 002/2015, não pagas pelo Estado. Também foi deferido o pedido de tutela de urgência, visando a imediata liberação do montante de R$ 2.234.342, em virtude de comprovação de que a Secretaria Estadual de Saúde mantém empenhado a reserva do mencionado valor.**15. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit). **Ajustes Patrimoniais:** O valor de ajuste patrimonial de R$ 2.726.853, refere-se à devolução de recursos sobressalentes às verbas de custeio do UNACON do Hospital Regional do Tucuruí - PA, sendo recebidas posteriormente sob a rubrica de verbas de investimento. **16. Glosas:** Do montante total de glosa reconhecida no exercício de 2018, o valor de R$ 17.652.073, refere-se ao registro de previsão de receitas relativas a expectativa de repasses de 3 (três) contratos de gestão de unidades no Estado do Pará. Em contrapartida, a Administração optou por registrar a correspondente baixa no mesmo montante, relativa a glosa de recebimentos, em virtude do processo de implantação operacional.

17. Despesas Gerais e Administrativas	**2018**	**2017**
Fretes e carretos	(857.587)	(822.936)
Energia elétrica	(4.155.864)	(3.338.620)
Aluguel de maquinas	(2.262.972)	(1.611.721)
Viagens e hospedagens	(1.337.162)	(1.293.304)
Provisão para contingências (nota 14)	(3.192.000)	-
Outros.	(3.394.187)	(3.364.191)
	(15.199.772)	**(10.430.772)**

18. Doações e Subvenções	**2018**	**2017**
Subvenções da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	2.122.967	2.123.933
Doações diversas (em espécie e materiais)	27.033	53.372
Subvenção CEMIG	-	13.725
	2.150.000	**2.191.030**

19. Renuncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2018	**2017**
Cota patronal	13.670.774	12.299.529
Terceiros	3.964.524	3.553.003
RAT/SAT	1.367.077	1.225.173
Total INSS	**19.002.375**	**17.077.705**
COFINS	6.971.683	5.917.423
Total COFINS	**6.971.683**	**5.917.423**

20. Descontinuidade: 1. Hospital Regional de Sorriso: O INDSH em 27/12/2012 celebrou com o Governo do Estado do Mato Grosso, contrato de Gestão para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Regional de Sorriso com vigência de 05 anos, podendo ser renovado pelo mesmo prazo. Em 08 de maio de 2015, o INDSH, protocolou o distrato do contrato de gestão junto à Secretaria de Saúde de Mato Grosso, devido aos inadimplementos continuazes e não requistes dos repasses financeiros ao longo de 3 (três) anos. Em 08 de junho de 2015, o Governador do Estado do Mato Grosso, através de sua Secretaria de Estado de Saúde, instituiu a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização pelo prazo de 360 dias, após este período foi instituído o regime de ocupação, que se encerrou em 29 de janeiro de 2017. Após a Intervenção no Hospital Regional de Sorriso, o INDSH realizou pagamentos a diversos fornecedores no montante de R$ 786.380 para amortização de parte do passivo. Em 07/12/2015 o INDSH instaurou a ação de cobrança contra o Governo do Estado do Mato Grosso, com a finalidade de condenar o Estado ao pagamento das parcelas inadimplidas do contrato de gestão. A composição patrimonial do Hospital Regional de Sorriso, na data de encerramento da gestão pelo INDSH estava composto como segue:

Ativo		**Passivo**	
Não circulante	14.830.169	Não circulante	18.121.726
		Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(3.291.557)
Total Ativo	**14.830.169**	**Total Passivo**	**14.830.169**

2. Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h - São Pedro da Aldeia - RJ: Em 31 de maio de 2016, o INDSH protocolou o distrato do contrato de gestão junto à Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, devido aos atrasos recorrentes no recebimento das parcelas de verbas para gestão. A composição patrimonial da UPA 24hs São Pedro da Aldeia, na data de encerramento da gestão pelo INDSH estava composto como segue:

Ativo		**Passivo**	
Não circulante	5.546.075	Circulante	345.326
		Não circulante	5.508.631
		Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(307.882)
Total Ativo	**5.546.075**	**Total Passivo**	**5.546.075**

3. Hospital Municipal de Araucária: Em 05 de fevereiro de 2018, através do Decreto n. 31.847/2018, houve intervenção pela Prefeitura Municipal de Araucária – PR, na Administração do Hospital, encerrando o contrato com a Entidade em 31 de julho de 2018. A composição patrimonial do Hospital Municipal de Araucária, na data de encerramento da gestão pelo INDSH estava composto como segue:

Ativo		**Passivo**	
Circulante	2.283.554	Circulante	225.400
		Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	2.058.154
Total Ativo	**2.283.554**	**Total Passivo**	**2.283.554**

Com o encerramento da atividade de gestão, o INDSH efetuou a baixa, por devolução, de ativos e passivos oriundos da cessão de ativos imobilizados, estoques e estrutura pela Prefeitura. Os efeitos da baixa desses ativos e passivos estão demonstrados abaixo:

	Baixa em 31/07/2018
Ativo	
Circulante	**(267.438)**
Estoques	(262.573)
Outros créditos	(4.865)
Não Circulante	
Imobilizado	(674.111)
Imobilizado líquido	(206.740)
Intangível líquido	(66.071)
Imobilizado-contrato de gestão líquido	(401.300)
Total do Ativo	**(941.549)**
Passivo	
Não Circulante	**(733.565)**
Receitas diferidas	(401.300)
Outras contas a pagar	(332.265)
Patrimônio Líquido	**(207.984)**
Patrimônio social	(207.984)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**(941.549)**

Os valores remanescentes de ativos e passivos deste Hospital, serão liquidados em período subsequente, de acordo com os acordos de recebimento de recursos com Prefeitura do Município de Araucária e dos acordos de pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias.**21. Responsabilidade e Compromissos:** Para usufruir da isenção da Contribuição Patronal devida ao INSS, conforme Decreto n.º 8.242/2014 o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano está sujeito à comprovação da oferta de todos os seus serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60%. Os atendimentos a pacientes ao SUS estão demonstrados na nota explicativa n.º 1 - Contexto Operacional. **22. Seguros:** O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros. **23. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2018	**2017**
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19.385.557	10.524.295
Contas a receber	24.448.419	40.366.542
Total ativos financeiros	**43.833.976**	**50.890.837**
Fornecedores	18.403.958	15.311.077
Total passivos financeiros	**18.403.958**	**15.311.077**

24. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações bem como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **25. Eventos Subsequentes:** Em 09 de abril de 2019, a Prefeitura do Município de São Francisco do Sul – SC, em ata de publicação, determinou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH como vencedor do Edital de Concursos de Projetos 013/2019. Desta forma, a renovação do período de gestão da Unidade será pactuada em período de 12 meses, podendo ser sucessivamente renovado até o prazo de 60 meses.

Diretoria

José Carlos Rizoli - CPF 171.893.228-68 - Presidente **Felipe José da Silva Júnior -** CPF 273.869.828-01 - Diretor de Administração

Responsável Técnico:

Selma do Carmo Ribeiro - Contadora CRC CT 1SP - 159.113/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, no exercício de suas funções legais e estatutárias, baseada nos relatórios da auditoria externa e nas informações prestadas pelo contador e diretoria do INDSH, examinou e aprovou o Relatório das Demonstrações Contábeis, nesta data, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018. Pedro Leopoldo/MG, 25 de abril de 2019. **Conselho Fiscal:** Terezinha Cristina da Silva - CPF 896.862.508.59; Marinete Nicolau dos Santos - CPF 896.115.948-87.

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, em reunião realizada no dia 26 de abril de 2019, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as **Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2018**, apreciou o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do citado exercício, bem como os atos de sua Diretoria Executiva. Assim, diante dos documentos apresentados e após a análise de toda a documentação, referente ao período sob exame e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer dos **Auditores Independentes**, o Conselho de Administração entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e contábil da entidade opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Pedro Leopoldo/MG, 26 de abril de 2019. Nelson Gennaro Júnior - CPF: 184.190.528-33; José Accacio Florêncio Ribeiro - CPF: 189.687.248-49; Maria Luiza Neiva - CPF: 089.814.578-32.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH - Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho -** Pedro Leopoldo - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os principios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 14, provisão para contingências, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • **Provisão ou baixa para créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos pela adequação dos controles e critérios adotados pela Administração para a determinação do contas a receber. **Ênfase** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto: i) A Administração da Entidade não adotou as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem os ativos imobilizados próprios, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. Além disso, conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), o imobilizado relativo aos contratos de gestão, será integralmente revertido ao poder concedente, quando do término do contrato de gestão. Desta forma, a Administração da Entidade também não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 30 de março de 2018, sem modificações. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2019.

Planners Auditores Independentes

CRC SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

Valter Piovam

Contador-CRC 1SP146651/O-0-CNAI n.º 1.018

Pg.02/02

212 cm -29 1221510 - 1

DELTA 7 ENERGIA S.A.

CNPJ: 30.866.030/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

Ativo	**2018**	**2017**
Ativo circulante	**1.442**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	1.442	–
Ativo não circulante	**17.782**	**–**
Investimentos	8.717	–
Imobilizado	9.065	–
Intangível	–	–
Total do ativo	**19.224**	**–**

Passivo	**2018**	**2017**
Passivo circulante	**3**	**–**
Fornecedores	3	–
Passivo não circulante		
Total do passivo	**3**	**–**
Patrimônio líquido	**19.221**	**–**
Capital social	19.221	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**19.224**	**–**

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2018**	**2017**
Ajustes:		
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Fornecedores	3	–
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**3**	**–**
Atividades de investimento		
Movimentação do imobilizado	(9.065)	–
Movimentação do investimento	(8.717)	–
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(17.782)**	**–**
Atividades de financiamento		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 01/01/2017	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2017	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital/AFAC	19.221	–	19.221
Resultado do exercício	–	–	–
Saldos em 31/12/2018	**19.221**	**–**	**19.221**
Movimentações patrimoniais (capital, dividendos e outras)		19.221	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		19.221	–
Variação do caixa e equivalentes de caixa		**1.442**	**–**
No inicio do período		–	–
No fim do período		1.442	–

NOTA EXPLICATIVA

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2017 não estão sendo apresentados pois a empresa foi constituída em 11 de junho de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Barros Mattos
Marcos Garcia

CONTADOR

Leandro Nunes de Souza Silva - CRC 1SP 266.342/O-5

20 cm -29 1221697 - 1

DELTA 7 II ENERGIA S.A.

CNPJ: 30.905.225/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

Ativo	**2018**	**2017**
Ativo circulante	7	–
Caixa e equivalentes de caixa	7	–
Ativo não circulante	**9.477**	**–**
Investimentos	–	–
Imobilizado	9.477	–
Intangível	–	–
Total do ativo	**9.484**	**–**

Passivo	**2018**	**2017**
Passivo circulante		
Total do passivo	**–**	**–**
Patrimônio líquido	**9.484**	**–**
Capital social	9.984	–
Custo com captação de recursos	(500)	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**9.484**	**–**

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2018**	**2017**
Ajustes:		
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Atividades de investimento		
Movimentação do imobilizado	(9.477)	–
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(9.477)**	**–**
Atividades de financiamento		
Movimentações patrimoniais (capital, dividendos e outras)	9.484	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	9.484	–
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**7**	**–**
No início do período	–	–
No fim do período	7	–

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	**Custo com captação de recursos**	**Total**
Saldos em 01/01/2017	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2017	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital/AFAC	9.984	–	9.984
Custos com captação de recursos	–	(500)	(500)
Saldos em 31/12/2018	**9.984**	**(500)**	**9.484**

NOTA EXPLICATIVA

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2017 não estão sendo apresentados pois a empresa foi constituída em 11 de junho de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Barros Mattos
Marcos Garcia

Contador

Leandro Nunes de Souza Silva
CRC 1SP 266.342/O–5

20 cm -29 1221701 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 32019042920233200212.